

# O CALCETAMENTO DE RUAS EM GUIMARÃES (1664-1795)

ANTÓNIO JOSÉ DE OLIVEIRA\*

**Resumo:** Neste artigo, apresentaremos os diversos exemplos de empreitadas de calcetamento e reparação de ruas na vila e nos arrabaldes de Guimarães, no período cronológico entre 1664-1795. Muitos dos mestres pedreiros que arrematavam essas obras em hasta pública na Praça da Oliveira, são originários de Guimarães e seu termo e do Reino da Galiza.

**Palavras-chave:** Guimarães; Calcetamento; Pedreiros; Obras.

**Abstract:** In this paper, we will present the various examples of paving and street repair works in the town and on the outskirts of Guimarães, in the chronological period between 1664-1795. Many of the master masons who bought these works at public auction in Praça da Oliveira, are originally from Guimarães and its border and from the Kingdom of Galicia.

**Keywords:** Guimarães; Paving; Masons; Construction works.

## INTRODUÇÃO

O estudo do calcetamento de ruas em Guimarães ao longo dos séculos, não tem merecido, por parte da História da Arte, a atenção que a sua especificidade justifica. Distante vai já a época em que Alberto Vieira Braga difundia uma nova matéria de estudo para a história local vimaranense: o estudo das contas e da administração Seiscentista do Município Vimaranense<sup>1</sup>. Trabalho pioneiro associado a uma pesquisa arquivística e bibliográfica, fizeram desta monografia um marco indispensável para as gerações seguintes de estudiosos. Nesta monografia, Alberto Vieira Braga refere sumariamente algumas intervenções municipais de calcetamento de artérias vimaranenses. Com efeito, na nossa tese de doutoramento, dedicamos algumas considerações sobre as obras de iniciativa camarária, e entrevendo a importância do calcetamento de ruas em Guimarães, nos séculos XVII e XVIII<sup>2</sup>. Importa, por esse motivo, avançar com outras reflexões que esclareçam melhor a importância desta tipologia de obras de encomenda camarária, no contexto construtivo de Guimarães.

---

\* Investigador do CITCEM (ORCID: UIDB/04059/2020; DOI: <https://doi.org/10.54499/UIDB/04059/2020>). Doutor em História de Arte Portuguesa (FLUP). Email: antjoseoli@gmail.com.

<sup>1</sup> BRAGA, 1953.

<sup>2</sup> OLIVEIRA, 2011.

Em 1995, Iria Gonçalves alargava a visão da historiografia nacional sobre o calcetamento de ruas, com um estudo sobre inovador sobre a rua Nova de Lisboa<sup>3</sup>. Mais tarde, outros autores alargavam a visão sobre o tema<sup>4</sup>.

O objetivo principal deste artigo é dar a conhecer a documentação conservada no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, relativa às obras de pavimentação e recalçetamento das ruas de Guimarães e dos seus arrabaldes, e dos mestres pedreiros que as arremataram, ao longo do período considerado. Denote-se que o calcetamento de uma artéria urbana, era um empreendimento caro e demorado<sup>5</sup>, que onerava as finanças locais e que requeria uma mão de obra especializada. Tal como sucedia nas restantes vilas e cidades do reino, as obras de pavimentação de ruas da vila de Guimarães, seriam poucas em data tão precoce, ao período considerado. Segundo Conceição Falcão, as notícias de calcetamento viário na então vila de Guimarães, surgem nos finais da Idade Média e nas «ruas de maior prestígio»<sup>6</sup>, admitindo a mesma autora que a maioria seria de terra batida, no período estudado. A mesma investigadora afirma que as obras de calcetamento, seriam apenas uma prática corrente para o século XVI.

## 1. A ENCOMENDA CAMARÁRIA

Ao conjunto de encomendantes em Guimarães nos séculos XVII e XVIII, queremos adicionar o universo municipal. Um olhar mais atento permite-nos verificar que a dinâmica artística municipal se relacionava com a Casa da Câmara e o Paço do Concelho<sup>7</sup> (símbolos materiais do poder concelhio e da sua capacidade empreendedora), bem como com as infraestruturas urbanas (ruas, pontes, casa da Alfândega, cadeia e açougue), e o abastecimento de água. Estas intervenções de construção, reconstrução e de manutenção fomentaram a encomenda municipal quer no burgo, quer no termo de Guimarães. Através dos livros de notas do fundo notarial, do livro de notas do escrivão da Câmara e nos diversos livros de vereações reencontramos a evolução urbana de Guimarães. Muitas destas obras exigiam o recurso a uma mão de obra especializada e a consideráveis encargos que se expressavam nas contas municipais<sup>8</sup>.

Relativamente aos encargos municipais com o conserto e reedificação das calçadas das artérias das entradas e saídas da vila de Guimarães, temos notícia que o rei D. João V, por provisão régia, permitia que a quantia de 3000 cruzados que se

<sup>3</sup> GONÇALVES, 1995, 1996.

<sup>4</sup> Citamos, a título de exemplo: AFONSO, 2000; TRINDADE, 2004-2005.

<sup>5</sup> Veja-se o caso da rua Nova, da cidade do Porto (AMARAL, DUARTE, 1985).

<sup>6</sup> FERREIRA, 2010: 351.

<sup>7</sup> Sobre a Casa da Câmara e Paço do Concelho de Guimarães, veja-se: OLIVEIRA, 2011.

<sup>8</sup> Sobre as contas municipais veja-se: BRAGA, 1953.



**Fig. 1**  
 Casa da Câmara de Guimarães: 1908  
 Fonte: Col. Muralha – Associação de  
 Guimarães para a Defesa do Património

encontrava no depósito das Sisas, fosse usado para esse efeito. A 17 de abril de 1720, com este propósito, o juiz, vereadores e procurador do concelho procedem à eleição de um tesoureiro para lhe entregarem a referida quantia, da qual era depositário André de Abreu, mercador, da vila de Guimarães<sup>9</sup>. Deste modo, é eleito Francisco de Araújo, mercador de pano de linho, morador na rua do Sabugal (vila de Guimarães), por o acharem «abonado pera o dito efeito e este se achar sempre na billa e ser inteligente pera fazer pagamentos aos pedreiros quando lhes forem passados bilhetes pello Doutor Provedor desta Comarca»<sup>10</sup>. Imediatamente, a 6 de maio, André de Abreu faz um termo de removimento de depósito dos 3000 cruzados para a mão do recém-eleito Francisco de Araújo<sup>11</sup>. Noutra situação relacionada com uma obra de pedraria do castelo arrematada pelo pedreiro João Carvalho, a 19 de janeiro de 1726, é dito que a quantia de 43\$000 réis ajustada, seria paga pela Câmara através do dinheiro proveniente da portagem<sup>12</sup>. No mesmo ato da vereação, é mencionado que os 120\$000 réis devidos ao carpinteiro João da Costa pela obra de carpintaria na casa do casteleiro do castelo seriam igualmente providos do dinheiro que estava em depósito da renda da portagem<sup>13</sup>.

No caso de empreitadas de pedraria, de carpintaria e de serralharia no castelo de Guimarães, que foi adaptado, na Idade Moderna, a cadeia, encontramos vários ajustes de obras a realizar na casa do carcereiro, casa do casteleiro, muros do castelo

<sup>9</sup> AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 35, 10-9-7-19.

<sup>10</sup> AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 35, 10-9-7-19.

<sup>11</sup> AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 36-36v, 10-9-7-19.

<sup>12</sup> AMAP. *Livro Vereação*, fol. 63v-64v, 10-9-7-20.

<sup>13</sup> AMAP. *Livro Vereação*, fol. 63v-64v, 10-9-7-20.

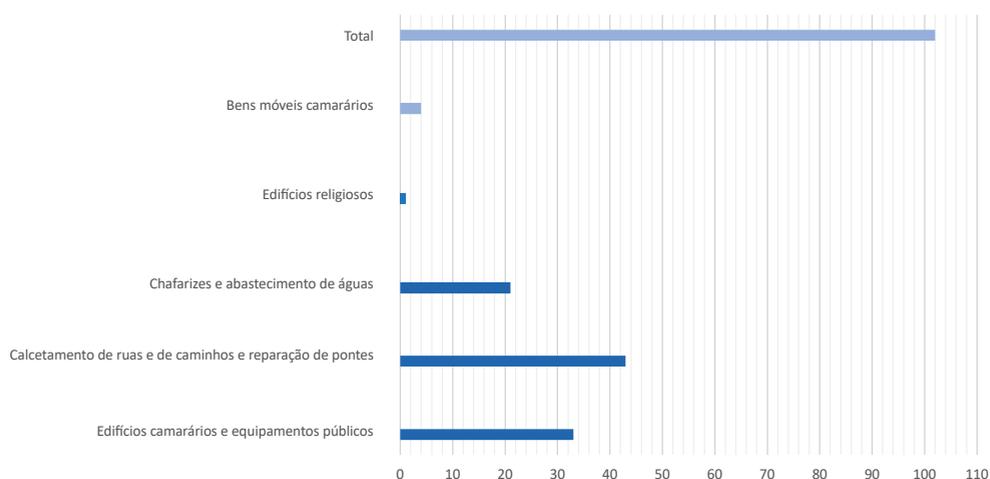


Fig. 2. Tipos de encomendas camarárias (1664-1795). Fonte: OLIVEIRA, 2011: 421

e cadeia, torre dos presos, porta da laje, palheiro, capela de São João e grade do castelo<sup>14</sup>. No que concerne à reparação de chafarizes e à canalização da água, o Senado, além de colocar a lanços estas empreitadas, em certas alturas, concessionava a sua manutenção, ou seja, arrematava em hasta pública o seu arrendamento.

No que diz respeito ao calcetamento das ruas, temos conhecimento de que, além da arrematação em hasta pública do calcetamento de ruas, foi posto a lanços a «cobertura» de cada carro de pedra para a calçada da rua da Fonte Nova. Este caso, único que temos documentado até ao momento, foi arrematado por Custódio José, da freguesia de Fermentões, pelo lanço de \$120 réis cada carro «sendo cobrada a cunha»<sup>15</sup>.

Através dos livros de notas encontramos apenas dois documentos referentes a obras públicas. O grosso das encomendas encontramos nas atas das Vereações. Se analisarmos as arrematações de empreitadas, concluímos que no período entre 1664 e 1795, a Câmara coloca a lanços um total de 102 empreitadas<sup>16</sup>. Essas encomendas camarárias subdividem-se por cinco tipologias como podemos ver no gráfico acima. Dentro destas cinco tipologias, são as das infraestruturas urbanas da alçada camarária, como sejam o calcetamento de ruas e de caminhos e de pontes, logo

<sup>14</sup> Sobre as obras realizadas no Castelo de Guimarães, apresentamos as seguintes comunicações: *Obras de pedraria, de carpintaria e de serralharia, de iniciativa camarária, no Castelo de Guimarães (séc. XVII-XVIII)*, no I Encontro: *O Quotidiano no Paço: passos no conhecimento*, que decorreu no Paço dos Duques de Bragança (Guimarães), organizada pela Associação de Amigos do Paço dos Duques de Bragança e do Castelo de Guimarães, em colaboração com o Paço dos Duques de Bragança, no dia 10 de outubro de 2014; e *O Castelo de Guimarães nos séculos XVII e XVIII*, integrada no Congresso Internacional *Genius Loci*, que se realizou na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, nos dias 20 a 22 de abril de 2016, organizado pela mesma Faculdade.

<sup>15</sup> AMAP. *Livro Vereação*, fol. 2v, de 16 de abril de 1788, 10-9-8-3.

<sup>16</sup> Veja-se OLIVEIRA, 2011.

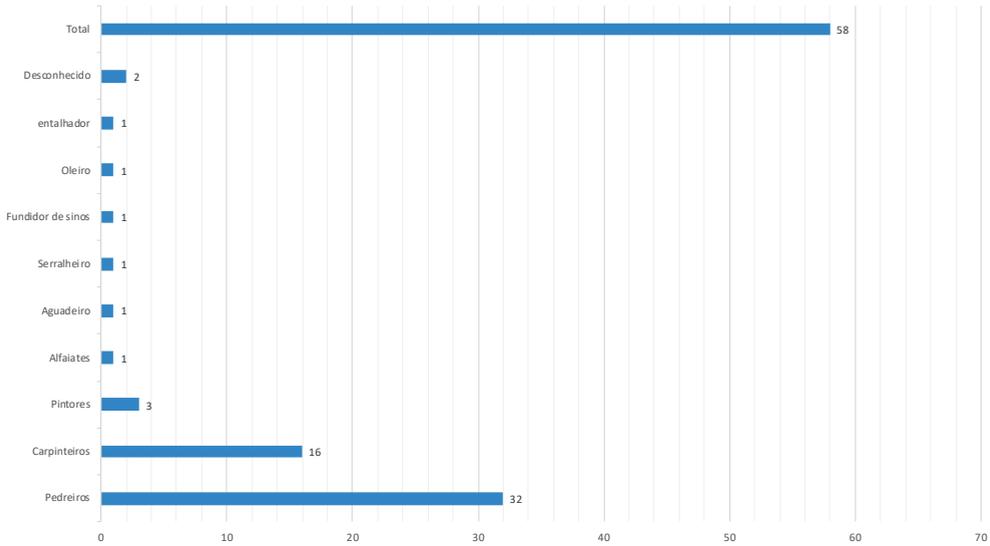


Fig. 3. O estatuto profissional dos artistas (1664-1795). Fonte: OLIVEIRA, 2011: 422

seguidas de perto pela reparação de edifícios camarários e equipamentos públicos, e pelo abastecimento de água à vila, que concentram o grosso das empreitadas. Em número muito residual encontramos a feitura e reparação de bens móveis camarários e a singular intervenção num edifício de cariz religioso.

Neste período, podemos concluir que o Senado concentrou a grande parte da sua atenção pelas vias viárias, que ligavam a vila aos arrabaldes e às existentes no espaço intramuros<sup>17</sup>.

Do universo de 59 artistas que arremataram obras para a Câmara de Guimarães, mais de metade são pedreiros (32), seguidos pelos carpinteiros (16), o que perfaz um total de 48 indivíduos, o que nos permite concluir que são as empreitadas ligadas à pedraria e carpintaria que representam o grosso das empreitadas camarárias. Situação esta, que vai ao encontro do tipo de empreitadas patrocinadas pelo Senado. No que concerne a obras relacionadas com chafarizes e abastecimento de águas encontramos um caso singular de um mestre oleiro e de um aguadeiro que arrematam uma empreitada. Quanto à proveniência geográfica dos artistas, a maior parte é residente na vila e no termo de Guimarães, com exceção de um fundidor de sinos morador na cidade Braga, um mestre pedreiro de Moreira da Maia e de cinco mestres pedreiros naturais do reino da Galiza<sup>18</sup>.

<sup>17</sup> Dum total de 102 empreitadas, a Câmara lança em hasta pública 43 obras relacionadas com o calcetamento de ruas e de caminhos e reparação de pontes.

<sup>18</sup> Trata-se dos seguintes mestres pedreiros: Vicente José de Carvalho, Domingos de Passos, Sebastião de Vilaverde, Pedro António Lourenço e de Francisco Gonçalves.

Em certos períodos, denota-se uma certa prevalência na preferência de artistas, por parte da Câmara, que arrematam várias obras, podemos citar os exemplos mais significativos (Tabela 1):

**Tabela 1.** Artistas que arremataram maior número de obras camarárias (1664-1795)

Nome	Profissão	Número de arrematações	Período cronológico
João da Costa	Pedreiro	4	1667-1668
Manuel Soares	Pedreiro	4	1763-1764
Francisco Nunes	Pedreiro	5	1664
Gonçalo Vaz	Pedreiro	5	1664-1669
Domingos de Passos	Pedreiro	7	1755-1768
Pedro António Lourenço	Pedreiro	8	1768-1792
Vicente José de Carvalho	Pedreiro	9	1760-1795

Fonte: OLIVEIRA, 2011: 423

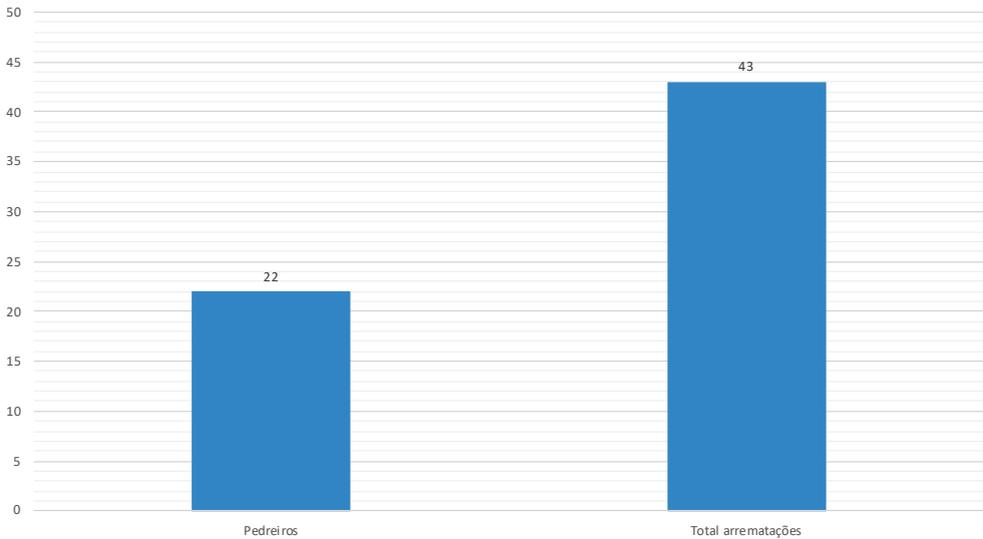
Do grupo destes seis pedreiros que arrematam quatro ou mais empreitas, metade são pedreiros galegos. Somente estes três pedreiros naturais da Galiza<sup>19</sup> arrematam um total de 23 obras, o que denota um elevado número de obras camarárias arrematadas por estes pedreiros originários da Galiza.

## 2. O CALCETAMENTO DE RUAS, REPARAÇÃO DE CAMINHOS E DE PONTES

Dado que os acessos à vila de Guimarães estavam em mau estado, compreende-se que, neste período, o Senado concentrou a grande parte da sua atenção pelas vias viárias que ligavam a vila aos arrabaldes. Igualmente, as artérias e as praças do espaço intramuros foram uma constante preocupação municipal.

Ao longo do período considerado, e consultando as atas da vereação, deparámo-nos com a arrematação pública de 43 empreitadas relativas ao calcetamento de ruas e reparação de caminhos e pontes. Essas 43 empreitadas foram arrematadas por 22 pedreiros. Através da documentação, podemos constatar, a existência de um grupo de mestres pedreiros, que arrematavam pelo lanço mais baixo, uma série de arrematações. Temos um caso documentado de Pedro António Lourenço que arremata seis obras.

<sup>19</sup> Referimo-nos a Domingos de Passos, Pedro António Lourenço e Vicente José de Carvalho.



**Fig. 4.** Total de pedreiros e de arrematações de calcetamento de ruas e de caminhos e reparação de pontes (1664-1795). Fonte: OLIVEIRA, 2011: 423

**Tabela 2.** Pedreiros que arremataram maior número de obras de calcetamento de ruas (1664-1795)

Nome	Profissão	Número de arrematações	Período cronológico
João da Costa	Pedreiro	4	1667-1668
Gonçalo Vaz	Pedreiro	5	1664-1669
Domingos de Passos	Pedreiro	5	1757-1768
Francisco Nunes	Pedreiro	5	1664-1665
Vicente José de Carvalho	Pedreiro	5	1760-1795
Pedro António Lourenço	Pedreiro	6	1768-1792

Fonte: OLIVEIRA, 2011: 423

A maioria dos mestres pedreiros que arrematavam na Praça da Oliveira, as empreitadas de calcetamento de ruas e reparação de ruas e pontes na vila e arrabaldes de Guimarães, no período cronológico de 1664-1795, é originária de Guimarães e seu termo e do Reino da Galiza. Tal como era usual, na época algumas das arrematações eram feitas em parceria com outros mestres pedreiros. Surgem-nos seis casos de arrematações feitas em parceria com dois ou três artistas. Essas parcerias, seriam feitas devido à grandeza da empreitada, que muitas vezes correspondia ao calcetamento de várias ruas da vila de Guimarães ou a artérias de maior dimensão, possibilitando deste modo o cumprimento dos prazos de conclusão das obras.

**Tabela 3.** Pedreiros que arremataram calcetamento de ruas em parceria (1664-1795)

Ano	Pedreiros arrematantes	Obra
1664	Francisco Pereira e Gonçalo Francisco	Calcetamento da rua Nova
1757	Manuel de Freitas / Inácio Ribeiro	Conserto das calçadas desta vila
1764	Manuel Soares / Domingos de Passos	Calcetamento rua de Santa Luzia, por se encontrar incapaz
1767	Vicente Carvalho / Domingos de Passos	Conserto das calçadas das ruas da vila de Guimarães que se encontravam «encapazes de por ella se andar»
1768	Vicente Carvalho / Domingos de Passos / Pedro António Lourenço	Conserto das ruas da vila de Guimarães
1773	João Nogueira / Pedro António Lourenço	Calcetamento da rua Caldeiroa

Fonte: OLIVEIRA, 2011: 423

**Fig. 5**

Rua Caldeiroa: década 20, do séc. XX  
 Fonte: Col. Muralha – Associação de Guimarães para a Defesa do Património

Nas 43 arrematações não encontramos a menção à abertura de novas ruas. Efetivamente, essas ruas tinham sido abertas em séculos anteriores ao período estudado. As arrematações que encontramos tratam-se de obras de conservação de ruas, caminhos e pontes. Através da leitura das atas das reuniões da vereação constatamos, que a rede viária se encontrava em muito mau estado, impossibilitando a circulação de carros, dos cavalos e a pé. Vejamos alguns exemplos.

Na vereação de 14 de junho 1670, os vereadores:

*condenaram os moradores da freguesia de São Pedro de Azurem em quinhentos reis cada hum por coanto sendo notificados pera que a esta nam hindo virem ao Canno consertar o caminho [...] da rua de Baixo que he no distrito da sua freguesia por estare tão arruinado que andando antes carros por elle hoje nem carros nem a pee nem de cavalo andão por elle<sup>20</sup>.*

Na vereação de 1 março de 1697, o Procurador do Concelho:

*requereo que as calçadas desta viila e suas saídas arruinadas de sorte que por ellas se não pode andar nem virem os seus mantimentos pera esta villa que nella sam necessários queda parte do próprio requeria a eles officiais da Camara lhas mandassem concertar como [...] hera sua obrigação<sup>21</sup>.*

Na vereação de 9 de novembro de 1697, o Procurador do Número requereu à Câmara:

*que os cannos que bem Torre Velha pera ho Pelourinho estava danificado que se hande concertar como tambem as calçadas publicas e entradas e saídas desta villa por estar tudo muito arruinado<sup>22</sup>.*

Na sessão de 26 de janeiro de 1737, António da Silva, morador na vila de Guimarães, requereu que a vereação fizesse vistoria da «estrada chamada a Barroca da Veiga na freguesia de Matama<sup>23</sup> se achava incapaz de por elle passar gente tanto de pé como de carro sendo estrada publica» dado que era dever da freguesia consertar a dita estrada. Dado que a freguesia não a consertava, requereu que os senadores realizassem uma vistoria à mesma<sup>24</sup>.

Na reunião de 24 de novembro de 1764, aquando da arrematação da rua de Gatos, é dito que a mesma se encontrava «incapaz», podemos inferir do mau estado de conservação desta importante artéria de acesso à vila de Guimarães, para aqueles que vinham do Porto<sup>25</sup>.

Igualmente nos capítulos da Correição, a questão do mau estado das calçadas e caminhos públicos era tema de discussão. Na audiência dos capítulos, realizada na

<sup>20</sup> AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 6v, 10-9-7-13.

<sup>21</sup> AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 28-28v, 10-9-7-15.

<sup>22</sup> AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 55v-56, 10-9-7-15.

<sup>23</sup> Atualmente integrada na freguesia de Vila Nova de Infantas.

<sup>24</sup> AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 24, 10-9-7-23.

<sup>25</sup> AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 195v-196, 10-9-7-27.



Fig. 6

Capela e rua de Santa Luzia:  
inícios do século XX  
Fonte: Col. Muralha – Associação de  
Guimarães para a Defesa do Património

Casa da Câmara a 6 de julho de 1782, o Corregedor Dr. Casimiro Barreto Ferraz de Vasconcelos apresentava necessidade do conserto das fontes, calçadas e caminhos públicos, vejamos o teor deste capítulo:

*Por ser informado ele Dr. Corregedor que as fontes desta vila se acham bastantemente danificadas, por cuja razão se experimenta a mais grande falta de aguas necessárias para o uso dos moradores desta vila, determinou que a câmara da mesma cuidasse logo no concerto das ditas fontes e juntamente das calçadas e caminhos publicos, por se acharem igualmente arruinados e danificados*<sup>26</sup>.

Além da necessidade de se proceder à reparação e conservação das calçadas, o Senado vimaranense procedeu regularmente à limpeza das mesmas. Por exemplo, na sessão de 8 de outubro de 1732, acordam e mandaram que o pregoeiro lançasse um pregão nas ruas de Santa Luzia e de Gatos e Molianas para que os moradores limpassem cada um deles as suas testadas, espaço fronteiro às suas portas, sob pena de 1000 réis<sup>27</sup>.

Através da documentação podemos aferir de que os lavradores do termo de Guimarães, tinham responsabilidade, no que diz respeito ao carroto de pedras até ao local de calcetamento das ruas do burgo vimaranense<sup>28</sup>. No entanto, no ano de 1788, temos notícia de que os lavradores seriam isentos na tarefa do transporte da pedra,

<sup>26</sup> CAPELA, 1993.

<sup>27</sup> AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 48v, 10-9-7-21.

<sup>28</sup> Por exemplo, num lanço dado por Cristóvão Lopes, pedreiro, de São João de Penselo, datada de 14 de março de 1665, a Câmara comprometia-se a que os lavradores colocariam a pedra no local da empreitada (caminho de Azurém) (AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 79-79v, 10-9-7-12).

por estarem ocupados nas colheitas. O documento especifica de que essa exceção decorria entre o dia 17 de setembro e o dia de Todos os Santos<sup>29</sup>.

Na reunião de 29 de julho de 1758, é apresentado um requerimento por particulares que queriam fazer à sua custa a calçada da Rua Nova do Muro, da freguesia de São Sebastião. Nesse sentido, solicitaram ao Senado que lhes mandasse conduzir a pedra necessária para a dita obra pelas freguesias «deste termo mais vizinhas». Neste requerimento, é justificada a necessidade desta empreitada «por esta ser rua pública e de utilidade grande o conserto della e ter a conveniência de ser fazer à sua custa»<sup>30</sup>. O Senado delibera aceder a este pedido mandado que se passasse a ordem para nas freguesias mais vizinhas trazerem a pedra sob pena de \$900 réis e 30 dias de cadeia aos que se recusassem a trazer a pedra necessária à obra.

Relativamente à proveniência da pedra, no calcetamento das ruas da urbe vimaranense, a maioria das arrematações refere a possibilidade de ser reaproveitada a pedra «velha». No que diz respeito à pedra nova a ser empregada, apenas numa arrematação é dito a sua proveniência. Trata-se da arrematação do calcetamento das ruas da vila de Guimarães, posta a pregão a 16 de fevereiro de 1788, e arrematada pelo conceituado mestre pedreiro Vicente José de Carvalho, morador na freguesia de Santa Eulália de Fermentões, natural do Reino da Galiza. Observemos o próprio documento da arrematação, constante no livro de atas da vereação:

*A pedra nam será cortada e labrada senam nos montes das freguezias de Santa Eulalia de Fermentões São Lourenço de Sima de Selho e Santo Estevão de Urzeges e Sam Miguel de Creixomil, em que dos pagamentos se lhe nam faram sem primeiro rever e examinar a obra que estiver feita e somente se lhe dara o dinheiro preciso pera haver de mandar cobrar a pedra por polvura e ferros*<sup>31</sup>.

Como afirmamos acima, o arrematante também podia reutilizar a pedra da calçada velha. Este mestre arrematou cada braça, pelo seguinte preço: 1\$600 réis, cada braça de calçada de pedra nova e da calçada velha, a \$600 réis.

Numa arrematação do calcetamento desde «a Porta da Torre de Santa Luzia da banda de dentro que vai da rua de Val de Donas pera a rua do Gado no fim da dita rua ao boeiro junto a Torre de Gonçallo Lopes de Carvalho»<sup>32</sup>, é dito que toda

<sup>29</sup> Observemos essa postura camarária, de 17 de setembro de 1788: «Atendendo a ser o tempo da colheita, e se acharem os labradores ocupados nelle e não deverem ser uxados pera carretos de pedra que por hora athe dia de todos os Santos, se suspenda na fatura das obras das calssadas pagando se o que se estiver sobrado aos pedreiros medida e examinada a obra que tiverem feito e consumindo somente a pedra que tiverem nas ruas, fechando uzo della as ditas calssadas de sorte que por ellas se possa andar» (AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 15-15v, 10-9-8-3).

<sup>30</sup> AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 171v-172v, 10-9-7-26.

<sup>31</sup> AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 197-197v, 10-9-8-2.

<sup>32</sup> Trata-se da Torre da Casa Brasonada dos Carvalho, ainda hoje existente, situada no Largo da Misericórdia. Esta casa brasonada possui na fachada principal o brasão da família dos Carvalho. Na primeira metade do século XVIII,



Fig. 7

Casa Brasonada dos Carvalhos:  
década de 40, século XX

Fonte: Col. Muralha – Associação de  
Guimarães para a Defesa do Património

a pedra velha que se levantasse das calçadas velhas reverteria para o juiz, vereadores e Procurador da Câmara fazerem outras obras, onde lhes aprouvesse<sup>33</sup>.

No que concerne à qualidade da pedra a utilizar no calcetamento das ruas, temos, a título de exemplo, documentado a seguinte condição:

*com a condisão de que as calçadas novas serão feitas todas de junta sem meter rebos em junta nenhuma mas sim junta toda direita [...] nem que sejam pedras brandas mas sim duras nas calçadas que for rebolida sera tambem bem junta e feita com pedras capazes e grandes [...] a calçada de que se fizesse nova não therá menos de pamo e meyo de grossura<sup>34</sup>.*

Ainda sobre este assunto, devemos referir que na feitura da calçada arrematada por Gonçalo Vaz, que os vereadores pretendiam fazer «hindo da cadea des o canto da rua sapateura athe junto ao canto da torre», seria utilizada pedra nova e de «alvernaria direita»<sup>35</sup>.

O facto de Guimarães e seu termo se inserirem em solos graníticos, a pedra que naturalmente se utilizava na pavimentação das ruas e praças era o granito. No período

---

foi a residência de Tadeu Camões, Senhor dos Coutos de Abadim e Negrelos, Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo, familiar do Santo Ofício e Académico da Real Academia de História. O arcebispo D. José de Bragança hospedou-se nesta casa durante a sua estada em Guimarães entre 1746 e 1748, anteriormente à compra da Casa dos Coutos. Nesta casa pertença de Tadeu Camões, este prelado bracarense concedeu variadas audiências. Sobre este imóvel, veja-se: PONTES, 2013. Esta Casa Brasonada está atualmente inserida no itinerário turístico-cultural temático designado de *Uma Casa, Um Arcebispo*, que integra a Rota das Casas Brasonadas de Guimarães, proposta e posta em prática por Célia Pontes (PONTES, 2013).

<sup>33</sup> AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 79-79v, 10-9-7-12, 14 de março de 1665.

<sup>34</sup> Empreitada arrematada por Domingos de Passos em 17 de setembro de 1757 (AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 151, 10-9-7-26).

<sup>35</sup> AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 228, 10-9-7-12, 29 de janeiro de 1668. Por esta obra, Gonçalo Vaz lançou a quantia de 7\$000 réis.

analisado, em diversos contratos de obra de arquitetura religiosa e civil, constatamos uma preferência pela extração de rocha granítica na freguesia de Gonça, local onde ainda hoje se pode observar a laboração desta atividade<sup>36</sup>.

No que concerne a procedimentos técnicos de calcetamento das ruas, numa arrematação de reparação das calçadas da vila de Guimarães, arrematada em parceria pelos pedreiros Manuel de Freitas, da freguesia de São Romão de Arões e Inácio Ribeiro, morador à Porta dos Capuchos, podemos aferir o seguinte:

*serão as pedras bem unidas nas juntas e sem rebos e as que pedras que não serão folheiras de sorte que não tenham menos de altura de um palmo se entenderá alguma pedra que tenha falha e que não será pedra molle e antes bastantemente dura e que lhe não votarão entre as juntas terra<sup>37</sup>.*

Para maior segurança do encomendador, nesta empreitada é contratualizada a vistoria da obra, após o seu termo, nos termos seguintes:

*cujas calçadas depois de feitas antes de se lhe pagar meter se há um louvado por parte deste Conselho eles mestres outro pera ver se estão feitas na forma acima e medir se e achando se os ditos louvados que não estão feitas na forma deste contrato se lhe não pagarão e serão obrigados a reforma llos à sua custa<sup>38</sup>.*

Apenas temos documentado uma situação em que o arrematante apresenta um fiador e principal pagador e depositário. Trata-se do pedreiro Inácio da Silva que arrematara a calçada que se pretendia fazer da parte do Selho até a São Lázaro. Este pedreiro apresentava como seu fiador e principal pagador e depositário Jacinto Gonçalves, moleiro, morador no rio de Selho, da freguesia de São Miguel de Creixomil<sup>39</sup>.

A grande maioria das arrematações era paga à braça. Existem algumas arrematações, que são arrematadas segundo um prévio valor estabelecido pela arrematação, ou que seriam avaliadas no final da empreitada. A generalidade das arrematações era posta a pregão pelo pregoeiro da Câmara, sendo arrematada pelo pedreiro que lançasse o lance mais baixo.

Embora encontremos na documentação várias soluções empreendidas pelo Senado Vimaraneses, para o abastecimento de água, as questões referentes ao seu

<sup>36</sup> OLIVEIRA, 2011. Pelo menos desde o século XVI, para o abastecimento da vila de Guimarães, a pedreira de Gonça era a mais importante (FERREIRA, 2000-2001: 20, nota 24). No que se refere à extração de saibro, nomeadamente na edificação de dependências conventuais vimaranenses, este era extraído pelos mestres pedreiros e seus oficiais nas cercas conventuais (OLIVEIRA, 2011).

<sup>37</sup> AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 129-129v, 12 de janeiro de 1757, 10-9-7-26.

<sup>38</sup> AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 129-129v, 12 de janeiro de 1757, 10-9-7-26.

<sup>39</sup> AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 72v-73, 24 de outubro de 1702, 10-9-7-16.



Fig. 8

Rua dos Trigais (atual Av. Alberto Sampaio):  
inícios do século XX

Fonte: Col. Muralha – Associação de Guimarães  
para a Defesa do Património

escoamento nas praças e ruas são extremamente insuficientes. Do pouco que conseguimos deduzir encontrámo-lo no que concerne à arrematação da calçada da rua de Trás-o-Muro, por Gonçalo Vaz. Nesta empreitada, o pedreiro utilizaria «toda a pedra nova que for necessaria he pondo mais huma padieira sobre ho reguo com que fique a calçada mais larga»<sup>40</sup>. Nesta solução, a vereação pretendia evitar o escoamento da água na rua e simultaneamente alargar o perímetro de circulação. Na arrematação da calçada até ao Souto dos Mortes e Barroca (arrabaldes de Guimarães), o pedreiro João da Costa comprometia-se a «fazer lhe huma calçada [...] sobre o dito entulho com guoardas de sinquo palmos de alto fortes, he boas com hum vazadouro para a agoa»<sup>41</sup>. Nesta empreitada, vemos a preocupação com o escoamento das águas pluviais.

Ainda sobre o escoamento da água nas ruas, conta-se um caso singular, que pudemos apurar, relacionado com a existência de latrinas. Em 1612, temos referência à existência da casa que servia de privada pública da vila, no Campo da Feira, arrabaldes de Guimarães<sup>42</sup>. Na única descrição que possuímos, até ao momento, desta estrutura sanitária, sabemos que era uma casa de pedra e telhada, constituída por um sobrado. Por debaixo da privada, passava a água que sobejava do tanque da praça de Santa Maria da Oliveira, que permitia a lavagem da mesma.

<sup>40</sup> AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 227v, 10-9-7-12, 29 de janeiro de 1668.

<sup>41</sup> AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 192v-193, 10-9-7-12, 9 de julho de 1667.

<sup>42</sup> AMAP. *Tombo dos bens do concelho*, fol. 62-62v, B -23 -2- 4. Este item está referenciado com o seguinte título: *Titollo da casa que serve de privada publica da villa*. Sabemos que confrontava do Norte, com o rocio público da vila; do Sul, com o quintal de Brás de Meira Peixoto; do Nascente com os palheiros de Damião de Miranda; e do Poente com casas que tinham pertencido a Maria Gonçalves, defunta. Esta estrutura sanitária tinha as seguintes dimensões: «do nascente ao poente onze varas e mea e do norte ao sul duas varas e mea parte do Norte».

Além do calcetamento de ruas no espaço intramuros e de acesso/saída da vila de Guimarães, encontramos duas empreitadas referentes ao calcetamento da praça mais importante da urbe vimaranense. Referimo-nos, à praça denominada de Santa Maria, que juntamente com a sua igreja polarizavam os interesses da população urbana. Essa praça era um espaço privilegiado da sociabilidade onde conviviam, lado a lado, o sagrado e o profano. A praça de Santa Maria era palco de cerimónias religiosas, local onde se efetuavam transações comerciais e se apreçoavam as obras camarárias e que, ao mesmo tempo, se apresentava como um centro de decisão política<sup>43</sup>. Nesse recinto convergiam as principais ruas de Guimarães, transformando-se num pólo de interação de variados eixos viários e organizador do espaço urbano. O padre Torquato Peixoto de Azevedo, nos finais do século XVII, apercebeu-se desse facto quando escreve: «Para tratar das ruas que tem esta villa dentro dos seus muros, farey de sua praça mayor um tronco de onde nascem os ramos de que todas procedem»<sup>44</sup>. Referindo-se à igreja, à praça e à rua de Santa Maria, Maria da Conceição Falcão Ferreira afirma: «Desde os primórdios da vila, distinguiu-se um espaço de “elite”, ordenador do quotidiano, da paisagem, da vida e da morte — a igreja de Santa Maria, a sua praça e a sua rua»<sup>45</sup>. Num espaço de «elite», dominava uma instituição de «elite»: a Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira. Nessa praça, além da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, erguia-se um imóvel do orgulho e do esforço cívico concelhio: o Paço do Concelho e a Casa da Câmara.

Na sessão de 9 de abril de 1669, os vereadores decidiram pôr em pregão a obra da calçada da Praça de Santa Maria da Oliveira «de escoadria gastando-se nella a pedra que de presente está na mesma prasa e ponde se lhe a mais que for necessaria»<sup>46</sup>. Os vereadores justificavam esta obra por ser «publica e necessária». Nesta arrematação, o pedreiro obrigava-se a fazer «hum degrao sendo necessario junto ao alpendre pera ficar ao nível». Trata-se do alpendre, ainda hoje existente, constituinte do Padrão da Oliveira. Na vereação seguinte de 16 do mesmo mês, após o pregoeiro João Ribeiro, ter posto a pregão a mencionada obra em «dias costumados»<sup>47</sup>, esta é arrematada pelo lanço mais baixo por Gonçalo Vaz<sup>48</sup>. A obra foi arrematada a \$440 réis a braça. No auto de arrematação temos conhecimento de que a Câmara se obrigava a dar toda a pedra velha que estava na praça. A pedra nova seria transportada à custa do encomen-

<sup>43</sup> O paço do concelho localizava-se nessa praça.

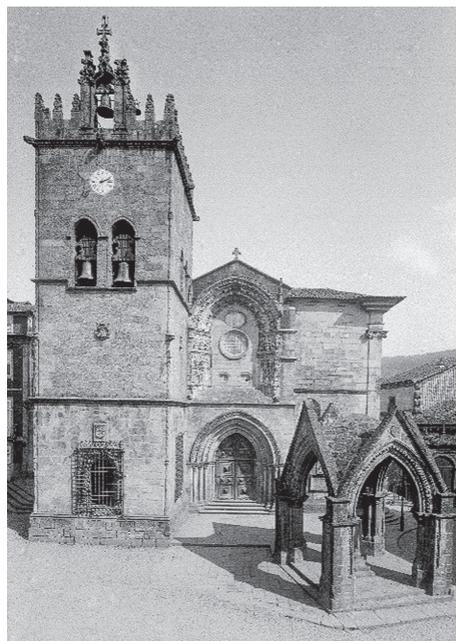
<sup>44</sup> AZEVEDO, 1845: 312.

<sup>45</sup> FERREIRA, 1989: 29.

<sup>46</sup> AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 221v, 10-9-7-12.

<sup>47</sup> Temos a menção que uma arrematação dos concertos das calçadas da vila de Guimarães foi precedida pela afixação de editais «pera todo o pedreiro que quizer lansar na rematação dos concertos das calçadas desta villa que se achase no dia de hoje na caza da Camara e com efeito se acharão bastantes pedreiros e andando a lانسos pello pregoeiro Miguel Gomes não houve quem menos as tomasse que o pedreiro Manoel de Freitas da freguezia de São Romão de Arões e Ignacio Ribeiro morador a Porta dos Capuchos» (AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 129-129v, 10-9-7-26, 12 janeiro de 1758).

<sup>48</sup> AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 247-247v, 10-9-7-12.



**Fig. 9**

Igreja da Colegiada e Padrão da Oliveira:  
década 20, século XX

Fonte: Col. Muralha – Associação de Guimarães  
para a Defesa do Património

dante, enquanto o seu corte por conta do pedreiro. Esta empreitada seria finalizada para a Festa do *Corpus Christi*. O encomendador recomendava que o artista fizesse o calcetamento de uma «esquadria muito direita» e toda a obra deveria ser executada com toda a perfeição. Nos apontamentos da obra recomendava-se de que a pedra nova deveria ser utilizada «no lugar de maior serventia» e que o arrematante colocasse nesta empreitada todos os seus obreiros. Neste auto de arrematação, na qual, foi dado o ramo a Gonçalo Vaz, é feita novamente menção ao alpendre existente na praça, vejamos: «fazendo degrão pera a parte do alpendre na altura em que for necessario»<sup>49</sup>.

A 10 de junho de 1671, Manuel de Barros arremata a calçada da Praça da Oliveira, \$650 réis a braça, dando-lhe a Câmara a pedra posta no sítio «he não achando a pedra quebrada elle» receberia \$700 réis<sup>50</sup>. O artista comprometia-se a dar a obra de esquadria muito direita.

A Praça do Peixe<sup>51</sup> (atual Praça de Santiago), situada nas proximidades da Praça de Santa Maria da Oliveira, seria igualmente alvo da intervenção do pedreiro Gonçalo Vaz. Esta empreitada seria arrematada a 29 de dezembro de 1668, por 1\$000 réis, a braça<sup>52</sup>.

Além desta praça e dos acessos à vila de Guimarães, o Senado preocupa-se com o calcetamento e o acesso às instituições monásticas vimaranenses. A 5 de julho de

<sup>49</sup> AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 247-247v, 10-9-7-12.

<sup>50</sup> AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 31, 10-9-7-13.

<sup>51</sup> Acerca das dimensões desta praça, em 1612, veja-se: OLIVEIRA, 2019: 23.

<sup>52</sup> AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 227v, 10-9-7-12.



**Fig. 10**

Convento do Carmo: década 20, século XX  
 Fonte: Col. Muralha – Associação de  
 Guimarães para a Defesa do Património

1760, Vicente Carvalho, pedreiro, arremata a empreitada da conclusão da calçada «que se acha por acabar junto ao convento do Carmo», em preço cada braça nova de 10 tostões e a velha por cinco tostões<sup>53</sup>. O Convento de Santa Marinha da Costa, situado na encosta da Penha, foi igualmente preocupação da vereação. Francisco Nunes, pedreiro, morador na rua de Santa Luzia, arremata em 1665<sup>54</sup>, o calcetamento da estrada de Fato, arrabalde de Guimarães, até ao convento da Costa.

Além do calcetamento de ruas, a vereação também tinha preocupações com o calcetamento, ladrilhamento e guardas de pontes dos arrabaldes de Guimarães. Trata-se de quatro pontes de importância estratégica para a entrada e saída de Guimarães: ponte de Santa Luzia, ponte do rio Selho, a ponte de São Lázaro e a ponte do Carvalhal, da freguesia de Penselo. Observemos em pormenor estas empreitadas:

- 31 julho de 1734, João de Lamas arrematou a obra do ladrilho de calçada da Ponte de Santa Luzia, pelo preço de 10 tostões cada braça de «fiada e esquadria», sendo «a pedra dura tuchada por baixo e fiadas juntas»<sup>55</sup>.
- 9 de julho de 1768, Manuel Fernandes, pedreiro, da freguesia de Creixomil, procedeu à arrematação da calçada e guardas da ponte do Rio Selho, arrabaldes de Guimarães, pelo preço de 10 tostões cada braça de calçada nova<sup>56</sup>.
- 16 de fevereiro de 1788, António Cardoso de Meneses arrematou, pelo menor lance, a obra do pontilhão da rua de São Lázaro «que passa Tras Gaia Fornos»

<sup>53</sup> AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 35v, 10-9-7-27.

<sup>54</sup> AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 81-81v, 24 de março de 1665, 10-9-7-12.

<sup>55</sup> AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 126-126v, 10-9-7-22.

<sup>56</sup> AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 122, 10-9-7-28.

pela quantia de 28\$800 réis. Os apontamentos desta empreitada constam de uma folha avulsa que está encadernada junto a este ato de arrematação<sup>57</sup>.

- 16 de abril de 1788, é novamente posta a pregão a obra da calçada da Ponte de Selho, em que lançou João Pereira, pedreiro, da freguesia de Silvares, por 1\$600 réis a braça da calçada nova e a \$600 réis a velha<sup>58</sup>.
- 18 de junho de 1790, Manuel José Francisco, da freguesia de São Lourenço de Cima de Selho, arrematou a reedificação da Ponte do Carvalhal, da freguesia de Penselo, pelo lanço de 33\$600 réis. O mestre pedreiro obrigava-se a fazer esta empreitada segundo os apontamentos que lhe seriam dados, e depois de finalizada seria revista e examinada para se verificar se estava feita na forma determinada<sup>59</sup>.

## CONCLUSÃO

Em suma, as redes viárias da urbe vimaranense, dos seus arrabaldes e do seu termo, constituem, no período estudado, o principal foco da encomenda municipal, visando o desenvolvimento da vida urbana e económica, onde à situação estratégica de atravessamento dessas vias se juntou, desde cedo, um conteúdo igualmente fundamental ao nível das mais diversas necessidades quotidianas.

Centralidade que as diversas Vereações, consolidaram aí erguendo símbolos e equipamentos essenciais, como Casa da Câmara e Paço do Concelho, chafarizes, Casa da Alfândega, açougue e cadeia. Séculos decorridos, e apesar das alterações registadas na urbe, o espaço é ainda reconhecível, tanto na forma, como no uso.

Nas 43 arrematações não encontramos a menção à abertura de novas ruas. Efetivamente, essas ruas tinham sido abertas em séculos anteriores ao período estudado. As arrematações que encontramos tratam-se de obras de calcetamento viário, de conservação de ruas, caminhos e pontes. De uma forma genérica, só bem adiantado o século XVII, as ruas da vila de Guimarães são alvo de um tratamento mais cuidado e, mesmo assim, quase sempre limitado às vias mais qualificadas, sem que a medida lograsse estender-se a todo o espaço urbano.

Denote-se que o calcetamento de uma artéria urbana, era um empreendimento caro e demorado, que onerava as finanças locais e que requeria uma mão de obra especializada. Simultaneamente, as ruas, quando eram calcetadas, deterioravam-se

<sup>57</sup> Pela sua singularidade, transcrevemos esses apontamentos: «Apontamentos pera o pontilhão que se pretende e fas precizo fazer se no rio de São Lazaro. Tera de comprido oitenta palmos e no principio da parte do norte tera pera entrada do mesmo pontilhão três braças de calçada e meia e no fim pera a parte do sul terá quatro braças a bestir com a rua que vai pera Tras Gaia; sera de larguara de 15 palmos os dous pontilhoens da parte do norte terão de altura seis palmos e os que ficão pera a parte do sul terão os mesmos seis fica sendo de quatro olhaes por serem percizos pois que o rio forma dous braços. O que tudo se fara percizo pera a obra ficar bonna ao publico» (AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 196-196v, 10-9-8-2).

<sup>58</sup> AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 2, 10-9-8-3.

<sup>59</sup> AMAP. *Livro da Vereação*, fol. 60v-61, 10-9-8-3.

rapidamente, tornando necessário a repetição de obras de conservação, o que reforçava os custos iniciais. Na arrematação destas empreitadas de calcetamento viário, encontrámos mestres pedreiros de nomeada, que são um paradigma a acrescentar a este grande e relevante grupo de homens do mesmo ofício, naturais da Galiza, a quem a arquitetura vimaranense de Setecentos muito deve, citamos, a título de exemplo: Vicente José de Carvalho<sup>60</sup> e Pedro António Lourenço<sup>61</sup>.

## APÊNDICE

**Tabela 4.** Resumo arrematações calcetamento de ruas e de caminhos e reparação de pontes (1664-1795)<sup>62</sup>

<b>Data</b>	<b>Obra</b>	<b>Quantia</b>	<b>Artista arrematante</b>	<b>Profissão</b>	<b>Residência</b>	<b>Fonte (Livro Vereação)</b>
1664 fev. 16	Calcetamento da Rua Nova	\$850 réis a braça	Francisco Pereira e Gonçalo Francisco	Pedreiros	Campo da Feira (de Guimarães)	10-9-7-12, fol.10v
1664 dez. 31	Calcetamento da Rua Nova	21 braças de 10 palmos cada uma, feita a \$850 réis a braça, o que totalizou 17\$850 réis	Francisco Nunes	Pedreiro		10-9-7-12, fol. 57-58
1664 dez. 31	Calcetamento da Viela do Anjo e Rua Sapateira	12 braças cada uma, feita a \$850 réis a braça, o que totalizou 10\$200 réis	Francisco Nunes	Pedreiro		10-9-7-12, fol. 57-58
1664 dez. 31	Calcetamento da Rua de Gatos	«assim de calssada de alvenaria rebolida quarenta e sete brassas de pedra nova quinze brassas a qual calssada nova e rebotida importa» totalizou 21\$600 réis	Francisco Nunes	Pedreiro		10-9-7-12, fol. 57-58

(continua na página seguinte)

<sup>60</sup> Vicente José de Carvalho permanece ativo entre 1754-1797. A sua oficina localizada em Santa Eulália de Fermentões era uma das mais importantes da região do Vale do Ave. Vicente Carvalho é um mestre com atividade conhecida em Guimarães (Casas dos Lobos Machado, Convento do Carmo, Convento Santo António dos Capuchos, Convento de São Domingos, Igreja Santos Passos, Igreja de São Paio, Igreja de São João de Brito, Igreja São Salvador de Briteiros, Casa do Cabido da Colegiada), e uma levada no termo de Arcos de Valdevez (OLIVEIRA, 2018).

<sup>61</sup> Pedro António Lourenço exerce a sua atividade em Guimarães, nos seguintes imóveis: Igreja da Misericórdia, Igreja da Colegiada (OLIVEIRA, 2011) e da Ordem Terceira de São Domingos (ROCHA,1993).

<sup>62</sup> Esta tabela baseou-se em OLIVEIRA, 2011: vol. I, 96-102.

<b>Data</b>	<b>Obra</b>	<b>Quantia</b>	<b>Artista arrematante</b>	<b>Profissão</b>	<b>Residência</b>	<b>Fonte (Livro Vereação)</b>
1664 dez. 31	Calcetamento da rua «que vai pêra a caza de Dioguo Leite da mesma rua Nova que he de alvenaria de pedra velha que sahio da calssada velha da Rua Nova a qual tem desesete brassas e a via que vai da dita rua de Donais da mesma qualidade que tem sete brassas e meia que juntas fossem em quantia de vinte brassas»	A \$150 réis por braça, importa 3\$000, totalizou 17\$450 réis	Francisco Nunes	Pedreiro		10-9-7-12, fol. 57-58
1664 dez. 31	Calcetamento do caminho que «vai pera Sam Roque»	29 braças, a \$300 réis, totaliza 8\$700 réis. Mais de um socalco recebeu \$300 réis. Tudo soma 9\$000 réis	Gonçalo Vaz	Pedreiro	São Paio, da vila de Guimarães	10-9-7-12, fol. 57-58
1665 mar. 14	Calcetamento desde «a Porta da Torre de Santa Luzia da banda de dentro que vai da rua de Val de Donas pera a rua do Gado no fim da dita rua ao boeiro junto a Torre de Gonçallo Lopes de Carvalho»	\$900 a braça de esquadria e de \$800 a rebolida <sup>63</sup>	Cristóvão Lopes	Pedreiro	Carvalho, freguesia de São João de Penselo	10-9-7-12, fol. 79-79v
1665 mar. 14	De alvenaria no caminho que vai pela estrada das Berzarias? para São Pedro de Azurém	\$300 réis a braça <sup>64</sup>	Cristóvão Lopes	Pedreiro	Carvalho, freguesia de São João de Penselo	10-9-7-12, fol. 79-79v
1665 mar. 24	Calcetamento da estrada de Fato, arrabalde de Guimarães até ao mosteiro da Costa	Posteriormente seria avaliada a obra <sup>65</sup>	Francisco Nunes	Pedreiro	Rua de Santa Luzia	10-9-7-12, fol. 81-81v

(continua na página seguinte)

<sup>63</sup> A pedra velha que se levantasse das calçadas velhas seria para o juiz, vereadores e Procurador da Câmara mandarem fazer outras obras dela, onde lhes aprouvesse.

<sup>64</sup> No Caminho de São Pedro de Azurém os lavradores comprometiam-se a chegar-lhe a pedra.

<sup>65</sup> O encomendador obrigava-se a «acarretar e chegar a pedra».

<b>Data</b>	<b>Obra</b>	<b>Quantia</b>	<b>Artista arrematante</b>	<b>Profissão</b>	<b>Residência</b>	<b>Fonte (Livro Vereação)</b>
1667 fev. 16 / 1667 mar. 15	Calcetamento da estrada da freguesia de São Romão de Arões	À braça	João Francisco	Pedreiro		10-9-7-12, fol. 178, 181
1667 jun. 18	Calcetamento da «estrada que vai desta villa pera o Miradouro, e isto de São Lázaro athe o Souto dos Mortos»	A braça	João da Costa	Pedreiro	No Reboto	10-9-7-12, fol. 190v-191
1667 jul. 9	Calcetamento da calçada que vai de São Lázaro até o miradouro	A braça a alvenaria a \$300 reis/ braça a rebolida a \$120 réis <sup>66</sup>	João da Costa	Pedreiro	No Reboto	10-9-7-12, fol. 192v-193
1667 jul. 9	Obra de pedraria na barroca do Souto dos Mortos <sup>67</sup>	12\$000 réis <sup>68</sup>	João da Costa	Pedreiro	No Reboto	10-9-7-12, fol. 192v-193
1668 ago. 8	Quebrar o penedo «hindo pera a Fonte Santa, he fazer a calçada he entulhos que fez e por dar hum tiro em outro penedo que fica mais asima, e consertar a fonte de rua de Couros he consertar a passagem de junto a Crus da rua de Couros, e robolir a calçada de dentro da Torre Velha des a porta do Antonio da Costa athe a da villa»	5\$000 réis	Manuel de Barros	Pedreiro		10-9-7-12, fol. 221v
1668 dez. 18	Calçada de alvenaria «junto da Madalena, he a mais necessaria vindo athe o Santo Amaro»	\$300 réis a braça <sup>69</sup>	João da Costa	Pedreiro		10-9-7-12, fol. 221v, 227

(continua na página seguinte)

<sup>66</sup> O pedreiro quebraria a pedra, enquanto a Câmara transportaria a matéria-prima.

<sup>67</sup> Feitura de um paredão de seis palmos de largo «que há de correr na dereitura do canto da parede do Campo athe o [...] do carvalho, he na altura da mesma barroca a coal há de a Camera encher hentulho por sua hordem athe a altura da estrada he despois de chea há o dito João da Costa de fazer lhe huma calçada [...] sobre o dito entulho com guoardas de sinquo palmos de alto fortes, he boas com hum vazadouro para a agoa».

<sup>68</sup> Para a feitura da obra o artista recebeu antecipadamente 10\$000 réis.

<sup>69</sup> O corte da pedra era por conta do arrematante enquanto o seu transporte era da responsabilidade do encomendador.

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte (Livro Vereação)
1668 dez. 29	Calçada na rua de Trás o Muro	7\$000 réis	Gonçalo Vaz	Pedreiro		10-9-7-12, fol. 221v, 227v
1668 dez. 29	Calçada na Praça do Peixe	1\$000 réis a braça	Gonçalo Vaz	Pedreiro		10-9-7-12, fol. 221v, 227v
1668 dez. 29	Calçada «vindo para a cadea des o canto da rua Sapateira athe junto ao canto da torre»		Gonçalo Vaz	Pedreiro		10-9-7-12, fol. 221v, 228
1669 abr. 16	Calçada da Praça (da Oliveira) de esquadria «gastando se nella a pedra que de presente está na mesma prasa e ponde se lhe a mais que for necessaria por ser obra publica e necessária, e que se fara hum degrao, sendo necessário junto do alpendre pera ficar ao nível»	\$440 réis a braça <sup>70</sup>	Gonçalo Vaz	Pedreiro		10-9-7-12, fol. 221v, fol. 247-247v
1671 jun. 10	Calçada da Praça	\$650 réis a braça, dando-lhe a Câmara a pedra posta no sítio «he não achando a pedra quebrada elle» receberia \$700 réis	Manuel de Barros			10-9-7-13, fol. 31
1702 out. 24	Calçada da parte do Selho até São Lázaro <sup>71</sup>		Inácio da Silva	Pedreiro	Rio Selho, freguesia de São Miguel de Creixomil	10-9-7-16, fol. 72v-73
1734 jul. 31	Calçada ou ladrilhamento da ponte de Santa Luzia	10 tostões a braça de fiada e esquadria <sup>72</sup>	João de Lamas			10-9-7-22, fol. 126-126v

(continua na página seguinte)

<sup>70</sup> A Câmara daria toda a pedra velha que estava na praça. A pedra nova seria transportada à custa do encomendante, enquanto o seu corte por conta do pedreiro. Esta empreitada teria que estar finalizada para a Festa do *Corpus Christi*.

<sup>71</sup> O pedreiro apresentava como seu fiador e principal pagador e depositário Jacinto Gonçalves, moleiro, morador no rio de Selho, da freguesia de São Miguel de Creixomil.

<sup>72</sup> Com a obrigação que fossem de pedra dura «tuchada» por baixo e fiadas juntas.

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte (Livro Vereação)
1757 jan. 12	Conserto das calçadas desta vila <sup>73</sup>	Cada braça de calçada nova a \$920 réis. Cada calçada velha, rebolida, a 18,5 vinténs	Manuel de Freitas / Inácio Ribeiro	Pedreiros	Manuel de Freitas: Freguesia de São Romão de Arões / Inácio Ribeiro: à Porta dos Capuchos	10-9-7-26, fol. 129-129v
1757 set. 17	Conserto das calçadas desta vila <sup>74</sup>	Cada braça de calçada nova a 11 tostões e a velha, rebolida, a \$500 réis	Domingos de Passos	Pedreiro assistente na vila de Guimarães	Galego	10-9-7-26, fol. 151
1760 jul. 5	Acabamento da calçada «que se acha por acabar junto ao Convento do Carmo»	Cada braça nova a 10 tostões e velha a 5 tostões	Vicente Carvalho	Pedreiro	Guimarães <sup>75</sup>	10-9-7-27, fol. 35v
1763 ago. 27	Calcetamento da rua do Cano	Cada braça de calçada velha a \$300 réis e a \$800 réis cada braça de calçada nova <sup>76</sup>	Manuel Soares	Pedreiro	Guimarães	10-9-7-27, fol. 128-128v
1764 ago. 25	Calcetamento da rua de Santa Luzia por se encontra incapaz	Cada braça de pedra em \$750 réis e cada braça de pedra velha a \$400 réis	Manuel Soares / Domingos de Passos <sup>77</sup>	Pedreiros	Guimarães	10-9-7-27, fol. 181-181v
1764 nov. 24	Calcetamento da rua de São Lázaro, por estar incapaz, e rua de Gatos. A obra teria de estar concluída no termo de 20 dias	Cada braça de pedra nova a 10 tostões <sup>78</sup> . Cada braça de pedra velha a \$400 réis	Sebastião de Vilaverde	Pedreiro	Galego e assistente em São Torcato	10-9-7-27, fol. 195v-196

(continua na página seguinte)

<sup>73</sup> No auto de rematação declarava-se que fossem «as pedras bem unidas nas juntas e sem rebos e as pedras que não serão folheiras de sorte que não tenham menos altura de um palmo se intenderá alguma pedra que tenha falha e que não será pedra molle e antes bastantemente dura e que não votarão entre as juntas pedra».

<sup>74</sup> O artista natural da Galiza comprometia-se nas seguintes condições construtivas: «as calçadas novas serão bem feitas todas de junta sem meter rebos em junta alguma [...] nem que sejam pedras brandas mas sim duras e nas calçadas que for rebolida sera tambem bem junta e feita com pedras capazes e grandes [...] as dara o dito pedreiro feitas athe vinte do mes de Dezembro que vem do prezente anno».

<sup>75</sup> Trata-se do mestre pedreiro, natural da Galiza, que na altura trabalhava no Convento do Carmo.

<sup>76</sup> O carroto da pedra nova era por conta do Senado.

<sup>77</sup> O pedreiro Domingos de Passos apenas faria trinta braças (15 de pedra nova e 15 da velha). Este artista iniciaria o calcetamento da rua de Santa Luzia.

<sup>78</sup> Tudo com «pedra grande e grossa e boa e nova».

Data	Obra	Quantia	Artista arrematante	Profissão	Residência	Fonte (Livro Vereação)
1766 fev. 15	Calcetamento e conserto da Porta da Vila «da parte de fora que vai pera a Fonte Nova que he rebolida e baixada com a pedra velha que se lhe ha de dar pera o dito concerto»	Cada braça a \$240 réis	Domingos de Passos	Pedreiro	Às Lagens do Toural	10-9-7-28, fol. 62v-63
1767 abr. 4	Conserto das calçadas das ruas da vila de Guimarães que se encontravam « <i>encapazes de por ella se andar</i> »	Cada braça de calçada a 10 tostões e da velha \$400 réis	Vicente Carvalho / Domingos de Passos	Pedreiros		10-9-7-28, fol. 90
1768 jun. 18	Conserto das ruas da vila de Guimarães	Cada braça calçada nova a \$900 réis e cada da velha a \$300 réis	Vicente Carvalho / Domingos de Passos / Pedro António Lourenço	Pedreiros		10-9-7-28, fol. 116v
1768 jul. 9	Calcetamento e guardas da Ponte do rio Selho (arrabalde da vila de Guimarães)	Cada braça de calçada nova a 10 tostões	Manuel Fernandes	Pedreiro	Freguesia de Creixomil	10-9-7-28, fol. 122
1770 ago. 25	Levantamento do muro à Porta de Santo António	17\$000 réis	Pedro António Lourenço	Pedreiro		10-9-7-28, fol. 180
1770 set. 1	Obra do conserto da Calçada do Rebentão	Cada braça de calçada nova a \$700 réis e de velha a \$340 réis	João Nogueira	Pedreiro	Freguesia de São Romão de Arões	10-9-7-28, fol. 182
1773 jan. 10	Calcetamento da Rua Caldeira	Cada braça calçada nova a \$960 réis e cada de velha a \$400 réis <sup>79</sup>	João Nogueira / Pedro António Lourenço	Pedreiros		10-9-8-1, fol. 48-48v
1784 fev. 18	Continuação das obras do calcetamento das ruas da vila de Guimarães	Cada braça de calçada nova a \$960 réis e a rebolida a \$450réis	Pedro Lourenço	Pedreiro		10-9-8-2, fol. 83v

(continua na página seguinte)

<sup>79</sup> É estipulado que a pedra seria cobrada nos montes da parte «donde ham de vir as freguezias com comunidade pera aquelles que costumam carriar pella dita rua».

<b>Data</b>	<b>Obra</b>	<b>Quantia</b>	<b>Artista arrematante</b>	<b>Profissão</b>	<b>Residência</b>	<b>Fonte (Livro Vereação)</b>
1788 fev. 16	Obra do pontilhão de São Lázaro que «passa Tras Gaia Fornos» <sup>80</sup>	28\$800 réis	António Cardoso de Meneses	Pedreiro?		10-9-8-2, fol. 196-196v
1788 fev. 16	Calcetamento das ruas da vila de Guimarães <sup>81</sup>	1\$600 réis cada braça de calçada de pedra nova e da calçada velha a \$600 réis	Vicente Carvalho	Mestre pedreiro	Guimarães	10-9-8-2, fol. 197-197v
1788 abr. 16	Calcetamento da calçada da ponte do rio de Selho	Cada braça de pedra nova a 1\$600 réis e a velha a \$600 réis	João Pereira	Pedreiro	Freguesia de Silvares (termo de Guimarães)	10-9-8-3, fol. 2
1790 jan. 16	Conserto das calçadas das ruas de Guimarães	Cada braça de calçada nova a 1\$200 réis e a velha a \$450 réis	Pedro António Lourenço	Pedreiro		10-9-8-3, fol. 46v
1790 jun. 18	Reedificação da ponte do Carvalho, da freguesia de Penselo <sup>82</sup>	33\$600 réis	Manuel José Francisco	Mestre Pedreiro	Freguesia de São Lourenço de Cima de Selho	10-9-8-3, fol. 60v-61
1792 ago. 4	De obras públicas e Calçadas «desta villa»	400\$000 réis	Pedro António Lourenço	Mestre pedreiro		10-9-8-3, fol.127v-128
1795 nov. 21	Obra das «fiadas de pedra que se quer fazer no caminho da estrada da ponte de San Luzia em diretura a Nossa Senhora da Conceição»	\$800 réis a braça	Vicente José de Carvalho	Mestre pedreiro		10-9-8-3, fol. 62

<sup>80</sup> Os apontamentos desta empreitada constam de uma folha avulsa que está encadernada junto a este ato de arrematação.

<sup>81</sup> Era estipulado que toda a pedra seria «de fogo de cunha sendo bem liza e nam terá no menos delgada menos de palmo e meio de grossura [...] e a pedra nam será cortada e labrada senam nos montes das freguezias de Santa Eulalia de Fermentões São Lourenço de Sima de Selho e Santo Estevão de Urzeges e Sam Miguel de Creixomil, em que dos pagamentos se lhe nam faram sem primeiro rever e examinar a obra que estiver feita e somente se lhe dara o dinheiro preciso pera haver de mandar cobrar a pedra por polvura e ferros e como esta obra he grande havendo algumas pessoas que tambem queiram fazer parte das ditas calssadas pellos referidos preços esta rematação não servirá de embarasso a todo aquelles que querer continuar nas ditas calssadas».

<sup>82</sup> Os apontamentos seriam posteriormente fornecidos ao mestre pedreiro. A empreitada seria revista e examinada para se verificar se estava feita na forma determinada.

## FONTES

### Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

- AMAP. *Livro da Vereação*. 10-9-7-12.  
AMAP. *Livro da Vereação*. 10-9-7-13.  
AMAP. *Livro da Vereação*. 10-9-7-15.  
AMAP. *Livro da Vereação*. 10-9-7-16.  
AMAP. *Livro da Vereação*. 10-9-7-19.  
AMAP. *Livro da Vereação*. 10-9-7-20.  
AMAP. *Livro da Vereação*. 10-9-7-21.  
AMAP. *Livro da Vereação*. 10-9-7-22.  
AMAP. *Livro da Vereação*. 10-9-7-23.  
AMAP. *Livro da Vereação*. 10-9-7-26.  
AMAP. *Livro da Vereação*. 10-9-7-27.  
AMAP. *Livro da Vereação*. 10-9-7-28.  
AMAP. *Livro da Vereação*. 10-9-8-1.  
AMAP. *Livro da Vereação*. 10-9-8-2.  
AMAP. *Livro da Vereação*. 10-9-8-3.  
AMAP. *Tombo dos bens do concelho* (1612). B-23-2-4.

## BIBLIOGRAFIA

- AFONSO, José Ferrão (2000). *A Rua das Flores no Século XVI: Elementos Para a História Urbana do Porto Quinhentista*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade Porto.
- AMARAL, Luís Carlos; DUARTE, Luís Miguel (1985). *Os homens que pagaram a Rua Nova (fiscalização, sociedade e ordenamento territorial no Porto quinhentista)*. «Revista de História». Vol. VI, 7-96.
- AZEVEDO, Torquato Peixoto de (1845). *Memórias ressuscitadas da antiga Guimarães (1692)*. Porto: Tip. da Revista.
- BRAGA, Alberto Vieira (1953). *Administração Seiscentista do Município Vimaranesense*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães.
- CAPELA, José Viriato (1993). *O concelho de Guimarães nos capítulos de correição dos séc. XVIII-XIX*. «Revista de Guimarães». Vol. 103, 225-296.
- FERREIRA, Maria da Conceição Falcão (1989). *Uma rua de elite na Guimarães medieval (1376/1520)*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães.
- FERREIRA, Maria da Conceição Falcão (2000-2001). *Habitação urbana corrente, no Norte de Portugal medieval*. «Media Aetas: Revista de Estudos Medievais Paisagens: Morar: tipologia, funções e quotidianos da habitação medieval». Vol. 3/4, 13-47.
- FERREIRA, Maria da Conceição Falcão (2010). *Guimarães, duas vilas, um só povo: estudo de história urbana (1250-1389)*. Braga: Barbosa & Xavier.
- GONÇALVES, Iria (1995). *Uma realização urbanística medieval: o calcetamento da Rua Nova de Lisboa*. In *Estudos de Arte e História, Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*. Lisboa: Editorial Vega, pp. 102-113.
- GONÇALVES, Iria (1996). *Uma realização urbanística medieval: o calcetamento da Rua Nova de Lisboa*. In *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais: Patrimonia.
- OLIVEIRA, António José de (2011). *Clientelas e artistas em Guimarães nos séculos XVII e XVIII*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento, 3 vols.

- OLIVEIRA, António José de (2018). *A construção da torre sineira da Igreja de São Salvador de Briteiros (1797)*. «Boletim de Trabalhos Históricos». Série III. Vol. 7, 137-160.
- OLIVEIRA, António José de (2019). *A Casa da Câmara e o Paço do Concelho de Guimarães (séculos XVII-XVIII)*. In ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da, coord. *História da Arquitetura: perspetivas temáticas*. Porto: CITCEM, pp. 15-40.
- PONTES, Célia Maria Vilela (2013). *Casas Brasonadas de Guimarães: um itinerário turístico-cultural*. Braga: Universidade do Minho. Dissertação de mestrado, 2 vols.
- ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da (1993). *Pedreiros Galegos no noroeste português no século XVIII*. In VII *Simpósio Hispano-Português de História del Arte. Las relaciones artísticas entre España y Portugal: artistas, mecenas y viajeros. Atas*. Cáceres/Olivença: [s.n.], pp. 143-155.
- TRINDADE, Luísa (2004-2005). *A Praça e a Rua da Calçada segundo o Tombo Antigo da Câmara de Coimbra (1532)*. «Media Aetas: Revista de Estudos Medievais: Paisagens». Vol. 1 (2.ª série), 121-157.

